

Vereador pede explicação à Prefeitura de Friburgo sobre contrato da saúde

Acordo com empresa que atua na Maternidade e Raul Sertã foi rescindido em 2023

Por Leandra Lima

O vereador Marcos Marins (PSD) oficializou, na última terça-feira (02), um requerimento de informação pedindo esclarecimentos sobre o contrato da Prefeitura de Nova Friburgo com a empresa JMF, que atua prestando serviços médicos em caráter temporário no Hospital Raul Sertã e na Maternidade. A medida, segundo expresso no documento, partiu das denúncias de supostas irregularidades. Originalmente, o contrato administrativo entre as partes foi rescindido em 2023, porém os serviços continuaram nos exercícios de 2024 e 2025 de forma emergencial. Em 2024, foram gastos com a JMF cerca de R\$ 6.425.824,16, provenientes do Fundo de Saúde, e, em 2025, aproximadamente R\$ 7.224.271,00, da mesma pasta.

O termo aditivo que manteve a atuação da empresa tinha validade de 12 meses, contados desde janeiro de 2023 até o mesmo período de 2024, que coincidiu com o prazo do chamamento e ocupação das vagas para os servidores que passaram no concurso público. Nessa janela, os concursados ocupariam as vagas provenientes dos profissionais contratados por meio de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA), o que não aconteceu na prática, pois aproximadamente 180 médicos efetivos ingressaram nos quadros do município, o que, conforme o parlamentar, não justificaria mais tanta necessidade da contratação de terceirizados da saúde.

Valores altos

Mesmo com a ocupação dos funcionários públicos, ou seja, os

que passaram no concurso para o fim, de acordo com a denúncia do vereador, os valores pagos mensalmente à JMF apresentaram elevação expressiva em comparação a 2023, o que acarretou em análise do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), que, após a entidade declarar que emitia as notas dos médicos como pessoas jurídicas (PJ) como forma de justificar a não retenção da verba previdenciária, considerou a medida inválida.

No documento enviado à prefeitura, o vereador descreve que, na mesma auditoria, o TCE-RJ identificou a ausência de registro de R\$ 9.986.889,12 em despesas, bem como a anulação e reclassificação indevida de empenhos da rubrica 3.3.90.34 para 3.3.90.39, o que contribuiu para a extrapolção do limite de despesa com pessoal, atingindo 55,91% da Receita Corrente Líquida municipal.

Denúncias

A formulação do requerimento partiu das manifestações que chegaram ao gabinete de Marcos que, ao procurar mais detalhes do contrato celebrado, percebeu que não havia informações necessárias nos portais de fiscalização.

[...] “A ausência, no Portal da Transparência, de diversos documentos essenciais à rastreabilidade e à verificação da execução contratual, como os fechamentos das faturas dos anos de 2024 e 2025, as liquidações correspondentes, os comprovantes de pagamento, as escalas de plantões e as chaves de acesso das notas fiscais, impedindo a fiscalização parlamentar”, [...], trecho do requerimento.



Serviços continuaram nos exercícios de 2024 e 2025 de forma assistencial

Além disso, as denúncias incluem a qualidade dos serviços, que corriqueiramente é questionada por usuários do sistema municipal de saúde, que relatam ausência de profissionais, atrasos expressivos no atendimento, cancelamentos de plantões e justificativas oficiais baseadas em suposta insuficiência de médicos. Cenário que, de acordo com o parlamentar, contradiz o valor dos recursos destinados à terceirização da mão de obra médica.

Esclarecimentos

Para esclarecer as questões levantadas, Marcos Marins formulou quatro eixos de perguntas, baseadas nos seguintes pontos:

1 — Tendo em vista que os pagamentos realizados à empre-

sa JMF continuam sendo referenciados ao Termo de Acordo e Compromisso homologado no Processo Judicial nº 0094431-18.2023.8.19.0001, cujo marco final de vigência corresponderia ao término do Edital de Chamamento Público nº 01/2023 (janeiro de 2024) ou ao provimento das vagas mediante concurso público;

2 — Na seção de “Recursos Humanos / Listagem dos Terceirizados (Documentos)” do Portal da Transparência, constam apenas os fechamentos financeiros das faturas referentes ao exercício de 2023;

3 — O Portal da Transparência disponibiliza apenas as liquidações referentes ao ano de 2023 e aos meses de janeiro e fevereiro de 2024, ausentes os registros relativos ao período de abril a dezembro

de 2024 e de agosto e seguintes de 2025, bem como o fato de que as notas fiscais vinculadas a julho de 2025 foram publicadas sem as respectivas chaves de acesso;

4 — Médicos vinculados ao município, seja por concurso público ou contrato administrativo, que simultaneamente prestam plantões por intermédio da JMF, circunstância que demanda verificação quanto à real necessidade da ampliação dos plantões terceirizados e da duplicação dos valores pagos à empresa.

O que diz a Prefeitura

O Correio Petropolitano questionou o Executivo Municipal sobre a funcionalidade do contrato, mas não recebeu resposta até o final desta edição.

Identificação de veículos que circulam pessoas com TEA

Em Petrópolis, foi sancionada a Lei nº 9.161/25, que institui o fornecimento gratuito de adesivos de identificação para veículos que transportam pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no município de Petrópolis. De autoria do vereador Gil Magno, a nova legislação reforça políticas de inclusão, segurança e respeito às necessidades específicas das pessoas autistas e de suas famílias.

Os adesivos, que serão distribuídos pelo órgão de trânsito municipal, têm o objetivo de facilitar o reconhecimento ime-

diato do veículo por parte de agentes públicos, profissionais de saúde e motoristas. Embora não substituam a credencial de estacionamento prioritário, funcionam como um instrumento complementar de proteção, conscientização e acolhimento.

A lei também orienta que motoristas evitem ruídos sonoros excessivos, como buzinas, som alto ou escapamentos adulterados, ao se aproximarem de veículos identificados. A medida busca reduzir situações de estresse sensorial que podem desencadear desconforto ou crises em pessoas com TEA.

Segundo o vereador Gil Magno, a proposta promove respeito e empatia no trânsito. “Precisamos construir uma cidade que reconheça as necessidades de todos. Este adesivo não é apenas um símbolo, mas uma ferramenta de cuidado e proteção para as famílias que convivem com o autismo. É um passo importante para uma Petrópolis mais humana e inclusiva”, afirmou.

A legislação também autoriza o Poder Executivo a firmar parcerias e convênios para garantir a implementação eficaz da medida, além de prever regulamentações.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL
4ª COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A Secretaria de Estado de Polícia Civil, situada na Rua do Lavradio, nº 162, 2º andar, Centro - RJ, torna público que realizará, por meio do Portal de Compras SIGA (www.compras.rj.gov.br), a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, abaixo mencionada:

Pregão Eletrônico nº: 043/25

Objeto: Aquisição de Bandeiras oficiais (Bandeira da República Federativa do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro) e adriças para atender às necessidades da Secretaria de Estado de Polícia Civil, na forma estabelecida no Edital e seus anexos.

Critério de Julgamento: Menor Preço Por Item

Limite para Acolhimento das Propostas: 22/12/2025, às 9h30

Data do Pregão: 22/12/2025, às 10h00

Total Estimado da Contratação: R\$ 306.265,23 (trezentos e seis mil duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos).

Processo Eletrônico Instrutivo: SEI-360018/000083/2025

Contatos: dgcc.dlca@pcivil.rj.gov.br licitacao.sepol@outlook.com

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos <https://www.compras.rj.gov.br> e no <https://www.gov.br/pncp/pt-br>